



As Misericórdias na Ásia

De Malaca às Molucas
(Séculos XVI e XVII)

IVO CARNEIRO DE SOUSA

Passam este ano cinco demorados séculos sob a decisão política do *Venturoso* monarca português, Manuel de seu nome, de nomear uma autoridade permanente que, solenemente titulada como vice-rei, representasse a soberania nos primeiros enclaves que recebiam no Índico as vagas iniciais de uma futura frenética movimentação portuguesa nos espaços organizados pelos ricos tratos e itinerários económicos orientais. D. Francisco de Almeida receberia esta nomeação original para dominar em nome do rei cada vez mais instalado em Lisboa as agitações da sua armada e um pequeno núcleo inicial de fortalezas que se começavam a erguer em Moçambique, Socotorá, Angediva e Cochim. Não sobreviveria esse primeiro vice-rei à viagem de retorno ao reino – um tema geralmente esquecido por uma historiografia dominada pelos “sucessos” das “descobertas”, negligenciando a importância da estruturação dos regressos –, não conseguindo, assim, testemunhar a ampliação da rede de fortalezas, feitorias e cidades portuárias que, entre conquista, negociação e as artes habituais do “dividir para reinar”, remete exornadamente para a dura figura quase fundadora do governador Afonso de Albuquerque e das suas decisivas conquistas: Goa é subjugada em 1510, a abertura dos mares malaio-indonésios prepara-se com a violenta conquista de Malaca,

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA

em 1511, apertando-se a malha portuguesa da dominação de parte significativa da circulação marítima dos mares Índicos com a fixação em Ormuz, já em 1515. Nesta rede entretecida por nós estratégicos suficientemente capaz de apanhar não apenas o “peixe miúdo”, mas principalmente os sumptuários escambos asiáticos de especiarias e ricas mercancias, a cidade de Malaca jogava papel nodal, controlando os tráficos dos estreitos que permitiam alcançar as variadas ilhas dos cravinhos, das maçãs, da noz-moscada, do sândalo e de outras muitas fragrâncias tão procuradas na China e na Índia como raras e caríssimas quando arribavam às cortes europeias do Renascimento. Por isso, imediatamente nos meses seguintes à conquista da cidade malaia, descobre-se o próprio Afonso de Albuquerque a dinamizar a organização de uma expedição marítima que, graças às notícias recolhidas entre os mercadores de várias “nações” activas em Malaca, permitisse identificar os itinerários das “ilhas das especiarias”: a aventura em 1511-1512 da pequena armada de António de Abreu e Francisco Serrão, do jovem piloto e cartógrafo Francisco Rodrigues e, provavelmente, de Fernão de Magalhães e vários outros é suficientemente conhecida para comprovar o interesse mais do que estratégico dos tratos das ilhas do que é hoje o norte da província indonésia de Maluku.

Se aventuras e explorações pioneiras na representação portuguesa, capitães, combates, resistências, cercos e “traições”, alguns heróis e aventureiros muitos marcaram para ficar nos nossos lugares da memória estas arriscadas movimentações portuguesas nos mares da Insulíndia, mais escassa é a atenção dirigida para os temas que verdadeiramente interessam à história profissional, da demografia à especialização de instituições, do ordenamento social ao encontro de culturas, passando pela rigorosa reconstrução dos jogos das trocas, muito insuficientemente iluminados pelo rigor de preços, moedas, investimentos e lucros. Ainda mais limitada é a investigação histórica dirigida para a vida social quotidiana destes enclaves que, por Malaca e Ternate, depois em Tidore e Ambon, ao mesmo tempo em Solor, a seguir em Larantuka e Lifao até chegar a Díli, na ilha do sândalo de Timor, recriaram modalidades de associar homens europeus e mulheres asiáticas, reproduzindo famílias e agrupamentos sociais, dominações e poderes que não podem ser pensados exteriormente às

instituições que os suportaram. Nestes apertados enclaves de complicada reivindicação de uma soberania portuguesa, quase sempre mais negociada, vantajosamente tolerada e arduamente negociada, do que imposta sobre territórios de colonização, instituições se especializaram para tentar assegurar um mínimo de “identidade portuguesa”, normalmente subsumida numa identificação cristã, logo depois católica, obrigando as populações locais pelo poder da palavra, mas ainda mais pelo poder da discriminação social, a abrigar-se debaixo da estreita associação da “cruz e da espada”.

Entre as pouquíssimas instituições que organizaram esta sociabilidade cristã nas fortalezas portuguesas do Sudeste Asiático destacam-se as irmandades de Misericórdia. Em Malaca, na fortaleza construída desde 1522 em Ternate, no enclave de Ambon ou em Tidore, provalmente também na pequena ilha de Solor, identifica-se a história de Misericórdias que desafiam mesmo essa teoria maior de Charles Boxer sublinhando que as ‘Santas Casas’ e os senados camarários constituíram na longa duração do império colonial português, do Brasil a Macau, os seus mais persistentes pilares, justificando discriminações tanto como impondo as primeiras elites coloniais¹. Nos enclaves portuguesas do Sudeste Asiático faltam as instituições municipais, rendidas aos muitos poderes dos seus capitães e respectivos clientes, mas persistem as Misericórdias mesmo em tempos de escassez, entre a míngua de cristãos e o punhado limitado de portugueses que associavam actividades de defesa militar à exploração comercial. Na pequena colecção de fortalezas, movimentações e instalações portuguesa no Sudeste Asiático, as irmandades da Misericórdia conseguem mesmo proporcionar a mais continuada modalidade social de permanência da cultura oficial cristã, sobrepujando o tempo breve dos capitães e das aventuras políticas, militares e comerciais, precisamente o tipo de temporalidade que invadiu a ordem narrativa da cronística e das memórias epocais que tentaram representar uma estranha soberania “lusitana” destes espaços. Infelizmente, o estudo denso destas outras Misericórdias alargando-se de Malaca às Molucas encontra-se ainda por fazer rigorosa e documentadamente², mas várias pistas e alguns recorrentes indícios podem concorrer para se perceber as suas funções e interesses durante o século XVI e as primeiras décadas de Seiscentos.

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA

A MISERICÓRDIA DE MALACA

Desconhe-se criteriosamente quando é que se inaugurou uma Misericórdia na cidade de Malaca. É possível que, seguindo os modelos das Misericórdias poderosas de Goa³ e Cochim, a irmandade do grande porto malaio tenha conseguido abrir as suas actividades caritativas na primeira década da sua “história portuguesa”, recenseando-se algumas tradições que apontam para a acção fundacional de Garcia de Sá, mas encontrando-se os espaços da irmandade, provavelmente a sua igreja, ainda em construção por volta de 1532⁴. Seja como for, a Misericórdia de Malaca mostrava-se já plenamente organizada, dispondo de espaços confraternais e igreja próprios, quando o celebrado jesuíta S. Francisco Xavier visita, entre Setembro e Dezembro de 1545, a cidade e fortaleza portuguesas. O activo religioso encontra uma população portuguesa mais do que diminuta, congoçando talvez entre 60 a 70 casados, somados a uns 200 soldados da fortaleza, contrastando com o peso dominante dos habitantes locais que, somente nos subúrbios de Upeh, aglomerava mais de 20 mil pessoas. Seguindo a estratégica informação da epistolografia de Xavier e dos seus poucos companheiros de Companhia, a cidade representa-se marcada pela relaxação social, encontrando-se a “cultura” e “moral” cristãs sumidas entre as outras culturas maioritárias, dominando as usuras, os comércios ilícitos e as muitas corrupções. Era frequente os poucos portugueses abrigarem várias mulheres, associando a esposas asiáticas, várias concubinas e escravas domésticas que conservavam tanto o seu vestuário local como os costumes religiosos islâmicos e tradicionais. Faltava, segundo estes primeiros jesuítas, em catequese e pregação o que sobrava em mistura social e cultural⁵, contradição permitindo delimitar um campo de intervenção religiosa orientado para a celebração da superioridade social e moral da fidelidade cristã. Tentando confrontar as resistências e hostilidades abertas a esta militância religiosa agitada pelo zelo ético de S. Francisco Xavier, o jesuíta volta a oferecer à cidade a estratégia de exemplaridade que tinha organizado anteriormente em Goa: visitar os enfermos e os presos, pedir esmola para os pobres, reconciliar soldados e aplacar animosidades, distribuindo as obras de caridade enquanto *praxis* de vida normativa da sociabilidade de uma “cidade cristã”. Uma estratégia que encontraria na Misericórdia de

Malaca, no seu provedor e irmãos tanto como na sua ordem e espaços confraternais, o mais importante aliado.

Não nos encontramos suficientemente documentados sobre as relações entre Xavier e a Misericórdia de Malaca durante a sua primeira visita à cidade, mas conhecemos a tipologia de comunicações legada aos companheiros de religião que ficaram no enclave português. Os dois únicos jesuítas que, neste período, se encontravam em Malaca, os padres Perez e Oliveira, informaram por carta S. Francisco Xavier da sua chegada, a 28 de Maio de 1548, sublinhando o seu acolhimento amigável pelo provedor e membros da Misericórdia, em cuja igreja ensinavam diariamente o catecismo aos filhos dos portugueses, a vários escravos e a alguns indígenas cristianizados⁶. A Misericórdia da cidade era, de acordo com estes relatos, especialmente pobre, não se encontrava dotada de capelães, como estipulavam os *Compromissos* destas irmandades, pelo que o padre Francisco Perez funcionava como o principal sacerdote da instituição, celebrando missa na sua igreja todas as quartas-feiras, dirigindo também uma celebração semanal no seu hospital, ouvindo os enfermos e oferecendo-lhes comunhão, concretizando precisamente a actividade exemplar cumprida por S. Francisco Xavier durante a sua primeira permanência em Malaca. Poucos anos depois, quando o celebrado jesuíta se voltou a instalar no grande porto malaio com os seus companheiros, a 31 de Maio de 1549, viu-se solenemente recebido pelo capitão da fortaleza, Pedro da Silva, e por parte importante da população da cidade, destacando-se a presença dos irmãos da Misericórdia e espalhando-se a lindíssima legenda distribuída pelas crianças que frequentavam a catequese na irmandade, clamando pelo “padre santo”⁷.

Esclarecendo a importância da Misericórdia nos circuitos e actividades religiosas públicos de Malaca, em carta escrita da cidade, entre 20 e 22 de Junho de 1549, S. Francisco Xavier recorda que o seu companheiro jesuíta Afonso de Castro se havia ordenado sacerdote ainda em Goa, mas realizara a sua primeira missa já no porto malaio, tendo sido levado em procissão concorrida da igreja da Misericórdia à catedral⁸. A procissão mobilizou muitas esmolas, mas o futuro santo jesuíta preferiu “entregar tudo o que ofereciam à Misericórdia para que o repartissem pelos pobres”⁹. Ainda neste mesmo texto, Xavier testemunha a catequese do padre Perez ensinando todos os dias a

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA



Bandeira da Confraria de Santa Maria do Pópulo, Caldas da Rainha. Pintura sobre madeira, século XVI. In Ivo Carneiro de Sousa, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 1998.

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA

doutrina cristã às crianças na Misericórdia, aconselhando-o mesmo a servir na irmandade como costumam fazer estatutariamente os seus capelães¹⁰. Uma carta do próprio Francisco Perez, datada de 1550, certifica a sua actividade diária na Misericórdia de Malaca e a importância da igreja da irmandade nos circuitos processionais da cidade¹¹. Uma especialização novamente recordada pelo jesuíta, em documento concluído a 24 de Novembro de 1551, noticiando que, perante mais um cerco do enclave português, as autoridades políticas e os religiosos cristãos da cidade haviam decidido organizar uma grande procissão com missa na igreja da irmandade¹². A Misericórdia de Malaca e a sua igreja tornaram-se espaço referencial de solenidades religiosas, de educação cristã e de exemplaridade social. A tal ponto que conseguiam até funcionar como instrumento de evangelização e conversão. Noutra cuidada carta escrita do porto malaio, a 4 de Dezembro de 1548, o padre Francisco Perez conta pormenorizada e triunfantemente o episódio mais do que simbólico da conversão de um judeu: “estando eu na igreja da Misericórdia entrou e tomou água benta; chamaram-no certas pessoas e como me viu, veio-se a mim com os braços abertos, dizendo que queria ser cristão, que já, glória a Deus, conhecia a verdade e o ferro em que andava”¹³.

A estreita associação entre as orientações religiosas dos jesuítas e as obrigações caritativas da Misericórdia de Malaca prosseguiram de acordo com o modelo de colaboração fundado por S. Francisco Xavier. Em 1554, descobrimos outro sacerdote jesuíta, o padre Belchior Nunes, a identificar os seus trabalhos na irmandade local, agora já claramente comprometidos com a própria edificação moral dos seus membros: “às quartas-feiras pregava na Misericórdia declarando as obras em que os irmãos se devem ocupar com o próximo, conformando-se com o nome da Santa Casa e com as obrigações dos que nela servem”¹⁴. Esta estreita conexão entre a Companhia de Jesus e a Misericórdia de Malaca, seguindo um modelo quase geral de associação entre as duas instituições nos enclaves do chamado *Estado da Índia*, parece ter suscitado algumas rivalidades e concorrências com outras ordens religiosas católicas activas nestes espaços. Um demorado documento epistolar remetido pelo padre Paulo Gomes aos jesuítas de Goa, escrito em Malaca a 11 de Novembro de 1557, informa detalhadamente que “fizeram os irmãos da Misericórdia cabido, acerca de

quem havia de pregar na Misericórdia e assentaram todos, tirando uma voz, que pregasse o nosso padre, de maneira que lhe vieram falar para que fosse pregar à Misericórdia. E como quer que ele está sempre aparelhado para as semelhantes coisas, lhe disse que sim, pregaria. E pregando ele na Misericórdia, de algum tanto os padres de S. Domingos se agravaram, mas tudo se pacificou bem, de maneira que pregou o padre na Misericórdia todas as quartas-feiras da Quaresma, acudindo-lhe a mor parte da gente que nesta terra avia”¹⁵.

O poder social da Misericórdia de Malaca não residia, porém, apenas nesta colaboração de íntima frequência com os jesuítas que circulavam na cidade, mas assentava igualmente num continuado patrocínio régio. Entre outros testemunhos documentais, acompanhem-se as preocupações sobre a situação da Misericórdia de Malaca enviadas por Filipe II ao vice-rei do *Estado da Índia*, Duarte de Meneses, sublinhando em carta régia de 11 de Março de 1585 que “o provedor e irmãos da Misericórdia desta cidade se me queixaram por sua carta de algumas coisas que por eles vos serão apontadas. Encomendo-vos que os ouçais e lhes deis todo o favor e ajuda para que possam bem cumprir com as obras de sua obrigação que são tão dignas de ser favorecidas e ajudadas como deveis”¹⁶. Esta protecção régia estendia-se mesmo ao funcionamento solidário estabelecido entre a rede de Misericórdias dos enclaves portugueses da Ásia, podendo recuperar-se uma carta régia que, datada de 12 de Junho de 1591, privilegia a Misericórdia de Malaca no interior do sistema de concessões de viagens e empréstimos em que as irmandades concretizavam um papel beneficiário relevante: “por a cidade de Cochim me pedir lhe mandasse fazer pagamento de uns dezasseis mil e tantos pardaus, que dizem que despenderam com os mantimentos com que socorreram a fortaleza de Malaca, antes de lhe mandar responder, mandei ao governador me enviasse a informação que disto tinha. E posto que por ela entendi que os moradores daquela cidade não deram este dinheiro de suas casas, e que esta despesa foi feita do rendimento de um por cento e se fez naquele ano a armada para o Cabo de Comorim, à custa de minha fazenda, hei por bem de fazer mercê a esta cidade de duas viagens de Choromandel para Malaca, na vagante dos providos, antes de Outubro do ano passado de quinhentos e noventa, para se venderem por ordem do provedor e irmão da Misericórdia daquela cidade, e se casarem com o

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA

dinheiro dela algumas orfãs; e a pessoa ou pessoas a que venderem mandareis passar certidão vossa do conteúdo neste capítulo para com ela se fazerem as provisões necessárias”¹⁷.

O apoio régio à Misericórdia de Malaca seguia ainda uma outra especialização que, desde meados do século XVI, se havia generalizado a todas as irmandades activas em espaços asiáticos de instalação e circulação portuguesas, concedendo-lhes as administrações dos principais hospitais régios locais, situação validando a prioridade ética que, do social à mentalidade económica, referenciava as Misericórdias como “santas casas” rigorosas, às quais era possível confiar tanto bens e legados privados, como até organizações oficiais “públicas”. Num manuscrito quinhentista tardio, arrolando com pormenor as muitas despesas da coroa com a fortaleza da cidade malaia, discrimina-se também que “despende-se com o hospital da dita Malaca na cura de doentes, físico, cirurgião, servidores e mesinhas e em outras coisas necessárias, um conto e quatrocentos mil reis por ano para o que lhe está ordenado pelo regimento, se não bastar, pela carestia da terra e as coisas valerem muito mais, o qual dinheiro se entrega ao provedor e irmãos da Santa Misericórdia, como administradores do dito hospital, e sendo necessário mais dinheiro se lhes dará conforme a necessidade”¹⁸.

Nas primeiras décadas do século XVII, a Misericórdia de Malaca continuava a manter a estrutura fundamental das suas actividades, mas tendo abandonado a gestão do hospital da cidade, recebendo ainda em 1614 os privilégios régios que, concedidos às Misericórdias de Goa e Cochim, actualizavam o patrocínio real das irmandades¹⁹. No entanto, a partir da década de 1620, o enclave português nos estreitos de Malaca enreda-se num incontornável processo de declínio político e económico, progressivamente mais cercado e isolado face à expansão da concorrência holandesa no mundo malaio-indonésio, não sobrevivendo em 1641 à aliança entre o poder militar da Companhia das Índias Orientais, a famosa VOC, e os exércitos do sultão de Johore. Com a conquista holandesa da cidade, também as estruturas, pessoal e equipamentos religiosos católicos se dissolvem, desaparecendo tanto a Santa Casa da Misericórdia como a sede episcopal de uma diocese que, criada em 1558, inicia uma difícil recriação nas regiões mais orientais da Indonésia, entre a parte oriental das Flores e o norte de Timor.

A MISERICÓRDIA DE TERNATE

Seguindo essa ordem normativa da historiografia profissional que continua a ser a cronologia, a segunda Misericórdia instalada em enclaves portugueses do Sudeste Asiático visita-se longe, no norte das Molucas, na pequena ilha de Ternate. É a partir de Maio de 1522, com a chegada do capitão António de Brito que começa o processo de construção da futura fortaleza de São João Baptista de Ternate. Tratava-se, na altura, de consolidar um mínimo de presença política e militar suficientemente capaz de, duplamente, apoiar os lucrativos escambos do cravinho, a principal especiaria local, ao mesmo tempo que se tentavam limitar as concorrências já dos potentados da região já mesmo dos interesses espanhóis recentemente transportados para estas ilhas com a grande exploração oceânica dirigida por Fernão de Magalhães. A posição portuguesa na ilha de Ternate foi, porém, quase sempre fraca, limitada pelo peso da distância, pela falta de recursos, pelas disfunções ditadas pela escassez de pessoal e, sobretudo, por uma demorada hostilidade local. A instalação de uma fortaleza portuguesa foi-se mantendo enquanto teve utilidade nos jogos das conflitualidades regionais, nomeadamente as que opunham os reinos de Ternate e Tidore, conseguindo estabilizar-se precariamente em função destas estratégias de alianças com a chegada, em Outubro de 1536, do capitão António Galvão, promotor tanto de políticas de reconciliação com os poderes territoriais desta zona quanto de esforços sérios de apoio à evangelização cristã. O balanço das obras também organizacionais e materiais promovidas por António Galvão na fortaleza portuguesa de Ternate podem seguir-se através da elogiosa prosa do cronista Fernão Lopes de Castanheda, destacando que o operoso capitão “entregou a fortaleza bem reparada, e com a igreja começada a fazer de pedra e cal, e com uma casa de Nossa Senhora da Misericórdia acabada com sua confraria de provedor, oficiais da mesa e irmãos que enterravam os mortos”²⁰. Várias outras memórias e testemunhos documentais comprovam ter-se devido à acção política e social orientada por António Galvão a erecção da Misericórdia de Ternate que, nos anos finais da década de 1530, possuía já uma capela própria da invocação da Madre de Deus²¹.

Em contraste, outras tradições memoriais, mais ancoradas às economias narrativas próprias da literatura

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA



Molucas, in António Bocarro, *Livro das Plantas de todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, 1635 (BPADE).

hagiográfica jesuítica, preferem apresentar a visita de S. Francisco Xavier à fortaleza portuguesa de Ternate, em 1549, como a verdadeira causa da fundação da Santa Casa local. Em rigor, a Misericórdia encontrava-se em pleno funcionamento na altura da estada do santo jesuíta, representada exemplarmente como um renovado projecto sócio-religioso de redenção de uma população dominada, à semelhança dos outros enclaves frequentados originalmente pelo padre navarro, pelos piores pecados. A acção apostólica de S. Francisco Xavier descreve-se normativamente sempre com esta estrutura redentora, transformando com a sua passagem os “depravados” enclaves portugueses em restauradas “cidades cristãs”. Assim aconteceria em Ternate, esclarecendo as fontes jesuíticas que, com a pregação e exemplo de Xavier “foram tão grandes as restituições que se fizeram que das incertas ficou a casa da santa Misericórdia uma das mais ricas de toda a Índia”²². As

cartas do grande jesuíta permitem claramente perceber que a Misericórdia de Ternate se encontrava em funcionamento, difundindo mesmo algumas das devoções religiosas públicas que mobilizavam as irmandades tanto no reino como por todos os espaços ultramarinos, como ocorria com a oração pelas almas do purgatório, uma imposição dos *Compromissos* das Misericórdias desde a década de 1520²³. Em carta de 20 de Janeiro de 1548, remetida de Cochim para os jesuítas de Roma, S. Francisco Xavier recorda a difusão pela Misericórdia de Ternate da devoção às almas do purgatório, mas apresentado-se como o impulsor desta celebração: “o tempo que estive em Maluco, ordenei que todas as noites pelas praças se encomendassem as almas do purgatório, e depois todos aqueles que vivem em pecado mortal; e isto causava muita devoção e perseverança aos bons e temor e espanto aos maus. E assim elegeram um homem os da

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA

cidade, vestido em hábitos da Misericórdia, que todas as noites com uma lanterna na mão e uma campana na outra, andasse pelas praças, e de quando em quando parasse encomendando com grandes vozes as almas dos fiéis cristãos que estão no purgatório, e depois pela mesma ordem as almas de todos aqueles que perseveraram em pecados mortais sem querer sair deles...”²⁴. Uma carta de Juan de Beira para o reitor do Colégio de S. Paulo de Goa, concluída em Abril de 1549, permite esclarecer mais estrategicamente a comunicação de S. Francisco Xavier com uma Misericórdia já instalada, encontrando na prática das obras de caridade o principal factor de conexão entre a pregação jesuíta e os seus objectivos de conversão. Assim, recordando a actividade caritativa e a recolha de esmolas promovidas por Xavier em Ternate, o texto de Juan de Beira conclui que “queria ele que a Companhia se encarregasse disto para mais serviço de Deus nosso Senhor e, quando não, que a Misericórdia a receba para se gastar a quantos bastar a sua fazenda, assim aos daqui da terra, como aos das outras ilhas que novamente vierem à nossa santa fé”²⁵.

A comunicação estreita entre a primeira geração de jesuítas em trabalho religioso na Ásia e a rede de irmandades de Misericórdia concretiza-se plenamente em Ternate, voltando a perspectivar um sistema de frequência em que os espaços litúrgicos, equipamentos e, principalmente, a mútua projecção da doutrina das obras de Misericórdia permitiam aos membros da Companhia de Jesus encontrar nas irmandades os apoios e os auditórios em que ecoava a sua pregação. Em carta dirigida pelo padre Francisco Perez aos jesuítas de Coimbra, escrita em Malaca, a 4 de Fevereiro de

1548, recordava-se o acolhimento mais do que favorável da Misericórdia de Ternate aos religiosos jesuítas: “embarcaram para Maluco Juan de Vera, Nuno Ribeiro com seus companheiros, donde chegam a salvamento, e foram recebidos pelos irmãos da Misericórdia com grande alegria porque os estavam esperando, porque o Padre Mestre Francisco havia prometido mandá-los”²⁶. Trata-se de um documento interessante, testemunhando não apenas essa ligação

de acolhimento constante das Misericórdias ao apostolado dos jesuítas, mas permitindo perceber que as irmandades eram praticamente a única instituição de inspiração cristã permanente nestes enclaves portugueses da Insulíndia, pelo que se apresentavam mesmo “os irmãos da Misericórdia” como praticamente a única “categoria” organizada de cristãos que “com grande alegria” albergava a circulação da pregação dos escassos membros da Companhia que frequentavam estes espaços longínquos do Sudeste Asiático.

A Misericórdia e os seus limitados espaços em Ternate estavam também sujeitos às contingências dramáticas de construções geralmente pobres, muitas vezes provisórias e de

madeira. Numa carta dirigida pelo padre Luís Fróis aos jesuítas de Goa, datada do primeiro dia de Dezembro de 1555, noticiava-se com pesar que, ardendo a fortaleza portuguesa, “não se pode salvar mais da casa da Misericórdia, segundo dizem os que de lá vieram, que um crucifixo e a bandeira”²⁷. Uma informação que tem, pelo menos, a vantagem de referenciar uma das poucas alusões actualmente documentadas ao pendão da irmandade, obrigação estatutária simbólica fundamental que se projectava nas



D. Francisco de Almeida.

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA

actividades públicas e nas saídas processionais promovidas pelas Misericórdias. Comprovando a rápida reconstrução da igreja da Misericórdia, uma carta remetida de Ternate aos jesuítas de Portugal pelo padre Francisco Vieira, concluída a 9 de Março de 1559, noticia a importante conversão do rei de Bachão e o baptismo de uma sua filha, tendo-se usado na missa “um mui rico pontifical de brocado que este ano chegara da Índia para a Misericórdia desta povoação e fortaleza”²⁸. Alguns anos mais tarde, um relatório do padre Francisco Jorge enviado novamente para os jesuítas de Portugal, a partir de Cochim, a 3 de Fevereiro de 1562, informava sobre a actividade religiosa dos três jesuítas instalados em Ternate – o padre Nicolau Nunes e os irmãos Baltasar de Araújo e Fernão de Osório –, esclarecendo a incontornável importância dos espaços litúrgicos da irmandade: “vai-lhes o padre ministrar os sacramentos à Misericórdia assim da eucaristia como da confissão, por não termos igreja”²⁹.

Neste enclave português de São João Baptista de Ternate consegue também identificar-se entre as actividades da Misericórdia local a gestão de um hospital. Seguindo um manuscrito da segunda metade do século XVI em que se fixavam as despesas régias com a presença em Ternate, indica-se que “ao hospital de Sua Magestade da dita fortaleza se dá cento e cinquenta mil réis para a cura dos doentes e comida deles, pagamento dos oficiais e servidores da dita casa e outras despesas que se entregam ao provedor e irmãos da Santa Misericórdia, como administradores do dito hospital, e sucedendo caso que haja necessidade de mais dinheiro, por haver mais doentes, ou outro algum respeito, se lhes dará tudo o que mais for necessário, e a botica para mesinhas do dito hospital é-lhe mandada da Índia”³⁰.

A partir da década de 1560, a situação portuguesa na fortaleza de Ternate tornou-se progressivamente mais difícil, mas ainda assim se consegue fixar a continuação da permanência da Misericórdia local, como se testemunha em memória manuscrita da movimentação de socorro dirigida por Gonçalo Pereira Marramaque na região das Molucas, texto posterior a 1568 recordando que “ao outro dia tomaram os Portugueses terra na cidade de Maluco, indo todos fazer oração a Nossa Senhora da Barra e à Misericórdia e S. Paulo e Sé da mesma cidade, que toda acharam em um vivo pranto de contentamento com sua vinda,

vendo-se livres da morte que já tinham por muito certa”³¹. Não adiantariam estas tentativas de procurar continuar a manter uma fortaleza em Ternate, já que, a 15 de Julho de 1575, os poucos portugueses do enclave foram obrigados a renderem-se, rapidamente desaparecendo os vestígios que recordavam a Misericórdia da cidade das Molucas.

A MISERICÓRDIA DE AMBON

Apesar de se situar no centro da mais rica região das especiarias da Indonésia oriental, quase centrando os tráficos das Molucas, depois de uma primeira instalação portuguesa temporária, promovida em 1544 pelo capitão Jordão de Freitas, é preciso esperar por 1569 para se recuperarem esforços dirigidos para a erecção de uma fortaleza de madeira na costa norte da ilha de Ambon, normalmente designada na documentação e memórias históricas portuguesas por Amboíno(a)³². Uma actividade dirigida por aquele referido fidalgo do Norte de Portugal, Gonçalo Pereira Marramaque, capitaneando uma frota militarmente importante com que as autoridades centrais do *Estado da Índia* procuravam contrariar essa crítica contracção da movimentação portuguesa nas Molucas levando, após a morte do Sultão Hairun, à dissolução dessa aliança central em Ternate, dissolvendo em 1575 a presença portuguesa. Após as construções iniciais, a fortaleza em Ambon foi mudada para uma zona a oeste da baía, a partir de 1572, promovendo ainda o seu capitão Sancho de Vasconcelos a construção de fortalezas temporárias em madeira em Gelala e Baturamah. Somente em 1576 começava a edificação de uma fortaleza de pedra no território em que hoje se situa a cidade de Ambon, ocupado em Julho desse ano por Vasconcelos, muito demorado capitão local em nome do rei português por quase 20 anos, desde 1572 até 1591. Consagrada a Nossa Senhora da Anunciada, a fortaleza ainda não estava acabada em 1588, tendo provavelmente sido concluída sob a direcção do capitão António Pereira Pinto entre 1592 e 1593.

Tratava-se de uma fortaleza que procurava responder às necessidades estratégicas portuguesas na região. Exibia quatro torres em cada um dos seus cantos, oferecia residência ao capitão, alguns armazéns, um poço, espaços para os oficiais e soldados. Serviu durante 30 anos para estruturar acções defensivas e ofensivas contra ternatenses, hituenses, javaneses e outras

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA

concorrências que limitavam cada vez mais o acesso português aos escambos das especiarias das Molucas. À sombra desta fortaleza organizou-se uma pequena povoação não murada, dividida talvez em diferentes espaços que procuravam acolher e distribuir a população cristianizada local. Apenas aos jesuítas, começando a circular a partir de 1578 em Ambon e nas ilhas adjacentes de Haruku, Saparua e Nusalaut, estava autorizada uma residência murada protegendo as suas casas e jardins contra os ataques frequentes de gentes, aldeias e territórios hostis. Sabe-se que, por volta de 1605, esta pequena “cidade cristã” reunia quatro igrejas: para além da capela da fortaleza, talvez da invocação de S. Paulo, servida por um padre secular nomeado pelo bispo de Malaca, descobria-se a igreja da Misericórdia e capelas nos subúrbios de Hatiwi e Halong, dedicadas a Santiago e S. Tomás. Estes espaços eram servidos por jesuítas, mobilizando exclusivamente população indígena que, contando talvez entre 1600 a 2000 conversos, não frequentava os templos da fortaleza reservados aos cristãos europeus³³.

Entre 1576 e 1578, Ambon foi mesmo a única fortaleza portuguesa nas Molucas e, por isso, o derradeiro espaço de instalação de jesuítas activos nesta parte do Sudeste Asiático. À semelhança da presença lusa em Ternate, novamente se identifica a par das autoridades oficiais, centradas no poder de um capitão e sua clientela, a continuada permanência de uma Misericórdia, inaugurada na fortaleza de Ambon entre 1578 e 1579 sob a orientação directa de Sanches de Vasconcelos, fixando igualmente uma capela que se tornaria elemento fundamental da vida religiosa local da restrita comunidade portuguesa e luso-descendente³⁴. Uma carta do jesuíta Lourenço Pinheiro remetida de Goa ao Geral Mercuriano, datando de 14 de Novembro de 1579, recorda a fundação da irmandade da Misericórdia de Ambon, promovida pelo capitão e moradores para responder às necessidades das gentes cristãs: “e por serem muitas e grandes fizeram os Padres com o capitão e mais moradores que se ordenasse confraria da santa Misericórdia pera o qual logo em princípio se juntaram mil pardaus de esmolos e se edificou um hospital para os enfermos e pela bondade de Deus nunca falta dinheiro para acudir às necessidades que se oferecem”³⁵. A memória manuscrita das fortalezas do *Estado da Índia* que temos vindo a seguir, das décadas finais do século XVI, testemunha a ligação entre a Misericórdia e o hospital criado em Ambon, informando que “ao

hospital de Sua Magestade se dá cem mil reis para cura dos doentes, pagamento do físico e cirurgião, servidores e para outras coisas necessárias que se entregam aos provedor e irmãos da Santa Misericórdia como administradores dela”³⁶. A fortaleza portuguesa apresenta, contudo, uma história recorrente de cercos e ataques violentos, sendo entre 1591 e 1593 sitiada por tropas de Ternate; em 1598, é cercada e atacada por javaneses; em 1600, assistiria ao primeiro reconhecimento dos holandeses, aos pés dos quais cairia rendida em 1605, desaparecendo também a sua Misericórdia, cuja memória de dissolveu definitivamente, pese embora a existência ainda hoje em Ambon de uma activa minoria católica.

A MISERICÓRDIA DE TIDORE

Recorde-se que, praticamente desde 1536, os espanhóis começaram a frequentar Tidore, explorando a rivalidade dos reis locais contra a instalação portuguesa e as suas alianças com os poderes da ilha vizinha de Ternate. Uma situação limitada durante a capitania de António Galvão, mas reacendendo-se os antagonismos ibéricos com a progressiva estruturação da rota que conduziria as armadas espanholas desde Acapulco até à sua fixação no arquipélago que se viria a designar por Filipinas, primeiro em Cebu e, desde 1571, em Manila. Procurando encontrar pontos de apoio à circulação portuguesa nas Molucas após o desmantelamento da fortaleza de Ternate, em 1575, deve-se a iniciativas dirigidas três anos depois pelo capitão Sancho de Vasconcelos o início do levantamento de uma pequena fortaleza em Tidore, curiosamente dedicada aos “Reis Magos”. A instalação portuguesa mobilizaria também a erecção de uma irmandade da Misericórdia, promovida pelo capitão Diogo de Azambuja, como se rememora em carta ânua enviada de Malaca, a 3 Dezembro de 1580, pelo jesuíta Gomes Vaz ao Geral da Companhia em Roma, destacando que “polla muita pobreza e falta assim dos portugueses como dos cristãos da terra, ordenou-se por via dos nossos (que neste interim com sua pobreza os iam sustentando) a casa da Misericórdia, fazendo com o capitão-mor que fosse provedor dela, para a qual deu logo mil cruzados para estas casas. Também para o princípio delas se houverão outras esmolos, o que foi grande serviço de Deus. Porque já agora têm os pobres quem olhe por eles, e a nós se nos aliviou uma grande

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA



Bandeira da Misericórdia de Lisboa, óleo sobre tela do século XVIII (Museu de S. Roque / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa). In *Oceanos* 35, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

carga. Porque os ajudamos agora com os ministérios da Companhia somente, servindo-os e consolando-os em suas enfermidades. Desta obra se edificam muitos Malucos, porque, como é gente mui alheia de caridade, quando a vêm entre os cristãos, se confundem e não podem deixar de confessar ser esta obra de Deus e de homens humanos³⁷.

Identifica-se, assim, mais uma vez, o modelo que associava directamente as autoridades da capitania, a limitada comunidade cristã local e os religiosos jesuítas, reencontrando nos espaços e funções misericordiosas da irmandade as oportunidades para a difusão da pregação e exemplaridade religiosas fundamentais para a sua evangelização, catequese e sacerdócio. Nos anos seguintes, os raros jesuítas que circulavam pela fortaleza de Tidore parece terem conseguido erguer edifícios religiosos próprios, mas que se viriam a dissolver,

obrigando a projectar novas instalações. É o que se recorda no relatório escrito em Abril de 1588 pelo visitador jesuíta a Tidore, padre António Marta, sublinhando que, estando a igreja da companhia arruinada, se decidiu fazer novo edifício tendo dado “este chão de empréstimos aos Irmãos da Misericórdia”³⁸. Apesar desta comunicação privilegiada com a Misericórdia local, o visitador da Companhia de Jesus não deixa de confessar na sua informação que “aqui não há nem missa por defuntos, nem confraria, nem procissão nem outra cerimónia que se costuma fazer na igreja”³⁹, declaração remetendo para uma mais do que limitada acção da Misericórdia de Tidore, ao tempo incapaz de concretizar alguns dos objectivos mais comuns a este tipo de irmandades que encontrava na ritualização funerária, estendendo-se dos seus membros aos grupos sociais cristãos subalternos, uma das suas

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA

mais permanentes obrigações estatutárias. A seguir, repete-se essa história conhecida da inevitável dissolução da presença oficial portuguesa nas Molucas: na primeira década do século XVII, também a fortaleza dos Reis Magos não conseguiria resistir à superior presença marítima e militar das embarcações e soldados que serviam a Companhia holandesa das Índias Orientais, rendendo-se a guarnição portuguesa em 1605 à forte armada comandada por Cornelius Sebastiaanszoon.

*Nestes apertados enclaves
de complicada reivindicação
de uma soberania portuguesa,
quase sempre mais negociada,
vantajosamente tolerada
e arduamente negociada,
do que imposta sobre territórios
de colonização, instituições
se especializaram para tentar
assegurar um mínimo
de “identidade portuguesa”...*

UMA MISERICÓRDIA EM SOLOR?

A presença política, comercial e religiosa portuguesa no Sudeste Asiático acabaria por especializar demoradas estratégias de sobrevivência nas ilhas mais orientais das Sundas Menores, instalando-se sucessivamente em Solor e em alguns espaços do leste das Flores para, ao longo do século XVII, inaugurar um longo processo de alianças e circulação em Timor. A movimentação portuguesa nestas ilhas quase remotas começa a concretizar-se entre 1515 e 1520, encontrando nas enseadas da ilha de Solor espaços protegidos para o objetivo fundamental do trato do rico sândalo branco timorense. Os primeiros comerciantes portugueses vindos de Malaca não construíram quaisquer instalações permanentes,

limitando-se a erguer os abrigos provisórios suficientes para apoiar os carregamentos de sândalo escambados com vários régulos e territórios ao longo da costa norte de Timor. Acrescentando-se a algumas conversões feitas ainda perante mercadores portugueses e, provavelmente, suscitadas pela circulação isolada de alguns religiosos, identifica-se à roda de 1561-1562 actividade de evangelização continuada nesta colecção de pequenas ilhas e territórios de frequência comercial anual, descobrindo-se vários dominicanos que, dirigidos por Frei António da Cruz, acabam por se fixar em Solor com o apoio do recém criado bispado de Malaca, entregue também a um religioso da Ordem dos Pregadores. A cronística dominicana, várias relações e algumas cartas sublinham, não sem o exagero próprio de uma literatura próxima da hagiografia, largos sucessos na conversão das populações locais em Solor, na parte oriental das Flores e nalgumas outras pequenas ilhas adjacentes, situação que exigia novas formas de instalação, defesa e organização política.

A partir de cerca de 1566 são mesmo os religiosos Pregadores que começam a orientar a construção de uma fortaleza em pedra na ilha de Solor, tratando de apoiar e proteger o seu activo trabalho religioso, projectando formas de reordenamento social e paroquial das gentes convertidas. A 14 de Setembro de 1571, o governador do *Estado da Índia*, António Moniz Barreto, optaria por privilegiar os dominicanos com o apontamento do capitão da nova fortaleza de Solor, decisão política mais tarde alterada por Filipe II que, desde 1583, passa a reservar ao poder régio a nomeação da capitania⁴⁰. No interior da fortaleza solorense descobriam-se aposentos para os dominicanos, uma torre para abrigar o capitão, edificou-se também uma igreja da invocação de Nossa Senhora da Piedade, reservada aos portugueses, mais tarde surgiu a criação de um pequeno seminário que, por volta de 1600, conseguia reunir umas cinco dezenas de alunos. À esquerda da fortaleza construiu-se ainda uma igreja dedicada a São João Baptista e, mais tarde, talvez na década de 1580, uma igreja da Misericórdia. A partir deste centro político e religioso, as conversões parece terem irradiado para as ilhas vizinhas de Adunara e da região oriental das Flores, chegando até a circulação portuguesa a erigir na pequeníssima ilha de Ende Menor uma outra fortaleza portuguesa que, concluída por volta de 1595, acolhia uma igreja dedicada a S. Domingos. As cronísticas e memórias dominicanas representam

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA

um demorado acumular das conversões religiosas nestes espaços, discriminando para 1599 um conjunto de 18 igrejas que, em Solor, nas Flores e Adunara começavam a cumprir evidente enquadramento paroquial. Entre esta colecção de edifícios cristãos, muitas vezes simples capelas, identificava-se de novo uma igreja da Misericórdia, desta vez colocada na aldeia de Laboiana. Se estas referências a um templo católico da dedicação de Nossa Senhora da Misericórdia remetem para a criação de uma irmandade ou concretizavam uma invocação largamente privilegiada pela espiritualidade dominicana, cura-se de um tema que não se consegue esclarecer com indiscutível rigor documental.

Uma das fontes mais importantes para a história da instalação religiosa dominicana sucessivamente nas ilhas de Solor, Flores, Adunara e, mais tarde, Timor encontra-se na *Relação das Cristandades e ilhas de Solor*, memória organizada por Fr. Miguel Rangel, um religioso com larga experiência e frequência dessa região insular. Impressa em Malaca, em 1633, a obra destaca um capítulo dedicado à fundação da fortaleza de Solor, esclarecendo que “baixo da fortaleza, no campo dela, para o mar, de uma parte a igreja da santa Misericórdia que os Portugueses (os quais em breves tempos eram já ali muitos casados) haviam feito”⁴¹. Trata-se da única informação actualmente conhecida que parece indiciar a criação de uma Misericórdia em Solor, preferindo o texto filiar a erecção da “igreja da santa Misericórdia” nesses “portugueses” que, “em breves tempos”, “eram já ali muitos casados”, não discriminando rigorosamente uma fundação eclesial dominicana da mesma invocação mariana. Seja como for, a memória de Fr. Miguel Rangel também não esclarece claramente a organização das actividades confraternais de uma irmandade de Misericórdia, conquanto a economia textual pareça categorizar um movimento de reunião da comunidade portuguesa semelhante ao que se foi reconstruindo para as outras fortalezas dos enclaves portugueses erguidos entre Malaca e as Molucas. Mais tarde, desde 1613, também a fortaleza de Solor receberia a confrontação holandesa que, em 1629, atacaria violentamente as instalações portuguesas na pequena ilha, recordando a memória de Fr. Miguel Rangel a destruição dos edifícios católicos, destacando que “da outra casa da senhora da Misericórdia deixaram somente a capela mor com a sacristia para de tudo isto fazerem estrebarias, como fizeram, de suas alimárias, daquelas mesmas casas e lugares santos em que tantas



D. Manuel I. Tábua com pintura a óleo (Misericórdia de Vila do Conde).

vezes o Senhor foi louvado, e venerado, e adorado”⁴². Esta relação tem algum interesse ao preferir distinguir “casas” e “lugares santos”, pormenorizando a quase completa destruição de uma “casa da senhora da Misericórdia”, distinção que, não sem esforço, pode colaborar na sugestão da existência de uma irmandade de Misericórdia na fortaleza de Solor. A ter havido uma Misericórdia em Solor, remete para uma experiência confraternal activa entre cerca de 1580 e os primeiros anos do século XVII, cuja memória documental e vestígios materiais se dissiparam quase completamente. Ao contrário, mais do que a memória, a activa presença religiosa ainda hoje de uma impressiva rede de confrarias de Nossa Senhora do Rosário, reunindo tanto templos como tesouros, organizando fidelidades, devoções e populares saídas processionais, sobretudo

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA

no ciclo da Semana Santa, continua a marcar a paisagem católica de muitas cidades e povoações da parte oriental da ilha das Flores, entre Larantuka, Sika e Maomere, recordando vestustas ritualizações de sentido pendor e inspiração dominicanos⁴³. Não deixe de se recordar que os portugueses voltaram a ocupar a fortaleza de Solor com brevidade por volta de 1630, definitivamente abandonada em 1636 para, uma década volvida, retornar ao controlo holandês. Os missionários dominicanos tinham já iniciado essa aventura que os havia levado, desde 1613, a sediar as suas actividades em Larantuka, prelúdio de uma longa fixação em Timor centrada desde, pelo menos, 1662, em Lifao. Uma caminhada religiosa que deixou marcas devocionais, mais do que vestígios ou memórias perdidas, contribuindo para firmar identidades locais que, nos espaços orientais das Flores e de Timor, encontram num catolicismo popular e confraternal um dos seus principais factores de diversidade e solidariedade culturais.

AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA E A COMPANHIA DE JESUS

Quando se investiga a história das Misericórdias das fortalezas portuguesas do Sudeste Asiático, em Malaca, Ternate, Ambon e Tidore, uma estrutura formativa e funcional que imediatamente se impõe sublinha uma estreita conexão entre as irmandades e as actividades religiosas locais da Companhia de Jesus, precisamente a relação que falta no caso de Solor. Apesar da circulação esporádica de alguns jesuítas nas ilhas das Sundas Menores, nomeadamente em Timor, o trabalho missionário resiste sob a direcção continuada dos dominicanos, tendo espalhado para ficar as suas próprias devoções e confrarias principalmente dedicadas à celebração de Nossa Senhora do Rosário, um tema cultural e confraternal maior da “religião” dos Pregadores. A comunicação de estratégica frequência que, do religioso ao social, passando pela exemplaridade moral, se foi entretecendo entre Misericórdias e jesuítas nos enclaves portugueses da Ásia constituiu mesmo uma das primeiras orientações da pregação de S. Francisco Xavier. Durante a sua primeira estada em Goa, entre Maio e Setembro de 1542, o celebrado jesuíta torna-se rapidamente um interessado frequentador da grande Misericórdia local, apoiando e acompanhando as suas actividades caritativas: ouvia no hospital administrado

pela irmandade as confissões dos seus pobres doentes, concelebrava na igreja da irmandade e visitava com os modernos confraternais os encarcerados, na altura cerca de trinta a quarenta presos detidos em miseráveis condições de salubridade, praticamente sem apoio alimentar, vestuário e, muito menos, protecção jurídica⁴⁴. Encontramos até S. Francisco Xavier a testemunhar, em 1542, a entrega pelo vice-rei da gestão do hospital real da cidade à Misericórdia de Goa, decisão depois também seguida em Cochim para se projectar em todas as outras fortalezas do “Estado da Índia”⁴⁵, ampliando o “monopólio” da circulação da caridade cristã que se confiava às provedorias, mesas e irmãos das Misericórdias.

Numa das primeiras cartas escritas por S. Francisco Xavier de Goa, dirigida à cuidada observação de S. Inácio de Loyola, depara-se vantajosamente com uma admirada informação da obra da Misericórdia, para a qual o jesuíta solicita mesmo os favores papais: “Havéis de saber que nesta terra, nos demais lugares cristãos, existe uma companhia de homens muito honrados que tem cargo de amparar a toda a gente necessitada, assim aos naturais cristãos, como aos que novamente se convertem. Esta companhia de homens portugueses chama-se a Misericórdia; é coisa de admiração ver o serviço que estes bons homens fazem a Deus Nosso Senhor em favorecer a todos os necessitados. Para que esta devoção desta boa gente seja acrescentada, pede o senhor governador a Sua Santidade que conceda a todos os confrades desta santa Misericórdia, confessando-se e comungando cada ano, que ganhem indulgência plenária e depois da morte absolvidos da culpa e pena; e isto por amor que as obras de misericórdia com maior fervor se exercitem, vendo que Sua Santidade assim os favorece: e porquanto a maioria destes são casados, que as suas mulheres participem da mesma graça”⁴⁶. Esta favorável “descoberta” xaveriana da acção exemplar da Misericórdia de Goa autoriza o santo jesuíta a alargar o seu papel de intermediação que chega também a dirigir-se para a obtenção de renovados favores régios. Ao escrever de Cochim, a 20 de Janeiro de 1548, uma carta importante a D. João III, Xavier intercede interessadamente pela poderosa Misericórdia local,

Pormenor do retábulo do altar-mor da Igreja da Misericórdia de Bragança, finais do século XVII. In Ivo Carneiro de Sousa, *V Centenário das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 1998.

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA

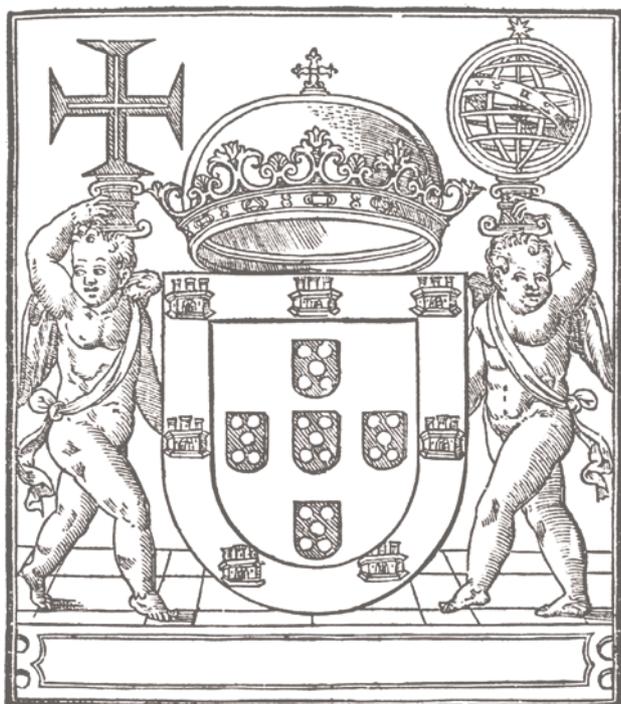
a primeira a inaugurar-se na Índia, solicitando adequada concretização do investimento significativo de 500 cruzados que a irmandade havia remetido ao reino para o pagamento de três retábulos: um para ornar o altar-mor da invocação da Misericórdia, a somar à execução de dois outros, celebrando S. Amaro e S. Jorge, para decorarem os altares menores da igreja da irmandade. Neste sugestivo texto epistolar, o jesuíta pede igualmente ao monarca português que consiga acautelar tanto os nove mil réis de esmola prometidos à Misericórdia de Cochim para apoio a orfãs quanto os mil pardaus anuais para sustento de pobres, apoiando ainda a pretensão da irmandade de receber as heranças dos portugueses que, em Bengala, Pegu, Coromandel ou “outro qualquer lugar” lhe fossem confiadas⁴⁷.

Anos mais tarde, em instruções religiosas e litúrgicas importantes enviadas nos princípios de Abril

de 1549 ao padre Gaspar Barceo, S. Francisco Xavier trata de destacar as principais obrigações que aquele jesuíta deveria cumprir na fortaleza de Ormuz, aconselhando: “aos presos visitareis e pregareis, exortando-os que se confessem geralmente de toda a sua vida passada, porque entre estas pessoas há muitas, a maior parte, que nunca se confessaram. A estes, encomendá-los-eis à Misericórdia que tenha especial cuidado de os favorecer com sua justiça e dar o necessário aos pobres que padecem”⁴⁸. Em continuação, sugerindo uma estratégia de serviço à irmandade de Misericórdia local, colaborando estreitamente no cumprimento das suas funções piedosas e, em especial, num rigoroso apoio à verdadeira pobreza, S. Francisco Xavier estabelece quase prescritivamente que “servireis, em quanto puderdes, à Misericórdia, e sereis muito amigo dos seus irmãos, ajudando-os em tudo. Os que



AS MISERICÓRDIAS NA ÁSIA



confessareis nessa cidade e vires que são obrigados a restituções, e não se podem dar aos donos, ou por serem mortos, ou por não se saberem deles, o que não se puder restituir aos seus verdadeiros donos, mandareis entregar tudo à Misericórdia, ainda que se ofereçam pobres a quem a esmola será bem empregue, pelos muitos enganamentos que há nos pobres, por serem pessoas metidas em vícios e pecados. Estes são muito conhecidos da Misericórdia. A esmola que a estes haveis de dar, dai-a à Misericórdia e ela a dispensará aos pobres mais necessitados e conhecidos⁴⁹. Repare-se que Xavier sublinha o conhecimento privilegiado que a Misericórdia possuía das condições sociais, vigiando, como impunham os seus *Compromissos*, a própria declaração de pobreza, preferindo concentrar a circulação de esmolas na irmandade, confiando na sua exemplar discriminação na distribuição de caridade. Por isso, o santo jesuíta aconselha o seu companheiro de religião a pregar na Misericórdia local “aos escravos e escravas e cristãos libertados, e aos filhos dos portugueses”⁵⁰, colocando ainda sob a protecção da irmandade o controlo confessional, a formação catequética e a expiação penitencial: “levareis de casa a doutrina cristã e a declaração sobre os artigos da fé, e a ordem e regime que um homem há-de ter todos os dias para encomendar-se a Deus e salvar a sua alma.

Esta ordem e regime dareis aos que confessareis em penitência de seus pecados, por certo tempo, e depois acabará em costume; porque é muito bom regime e acham-se bem com ele os penitentes. E assim o praticareis com muitas pessoas, ainda que não se confessem convosco, e colocá-los-eis numa tábua na igreja de Nossa Senhora da Misericórdia para que daí o tomem os que quiserem aproveitar⁵¹.

Esta aproximação às Misericórdias, colaborando nas suas obras, frequentando os seus espaços confraternais e garantindo as suas celebrações litúrgicas, estendia-se também a alguns dos objectivos mais inovadores que, desde a fundação da Misericórdia de Lisboa, em 1498, orientavam o seu *Compromisso* para um programa de reconciliação das conflitualidades da “cidade cristã”. Com efeito, nos estatutos primitivos das primeiras Misericórdias portuguesas, destacava-se um capítulo original que, simplesmente intitulado “amizades”, impunha aos irmãos a obrigação de aplacar conflitos e inimizades, identificar contradições e concorrência sociais, firmando a harmonia entre crentes desavindos⁵². Uma orientação confraternal que ajudava o programa de reconciliação moral e harmonização social pela fé que os jesuítas mobilizaram para a sua difícil pregação nos enclaves portugueses da Ásia, excessivamente marcados por conflitos, corrupções, clientelismos e abundante frequência dos comportamentos culturais que, do vestuário à comunicação sexual, deixavam mal identificar “comunidades cristãs”. Em carta escrita em Malaca pelo jesuíta Gomes Vaz, datada de 3 de Dezembro de 1580, noticia-se uma extraordinária prática pública desse compromisso da “amizade”, concretizado na igreja da Misericórdia de Tidore, envolvendo mesmo a admiração de um muçulmano pela caridade cristã ao ver-se restituído dos seus cabedais em cravinho através da intermediação de um sacerdote jesuíta: “fizeram-se [em Tidore] este ano muitas amizades de importância que, como é terra de soldados, sempre há ódios e inimizades que dão não pouco trabalho aos Padres em os apaziguar, e dá-se por bem empregado pois é serviço de Nosso Senhor e quietação deles. Fizeram-se algumas restituções, entre as quais duas foram grossas e a mouros de que ficaram assaz edificadas. E porque a um *cacis* lhe tinham tomado uma certa quantia de cravo, de que ele não sabia parte, e fazendo-lhe a restituição ficou pasmado. Disse ao Padre que sem dúvida a lei dos cristãos era verdadeira, pois em furto

THE HOLY HOUSES OF MERCY IN ASIA

tão secreto se fazia restituição dele. E ficou mais maravilhado em ver que o mesmo Padre lhe deu o cravo, dizendo que nenhum *cacis fez* em Maluco nem faria outro tanto, mas antes o tomaria para si. E declarando-lhe que coisa era a nossa Quaresma (porque então se lhe fez esta restituição), disse que esta era a verdadeira Quaresma e não a sua, porque nela, posto que jejuem ao comer, todavia não aos pecados, nem à emenda da vida, pois se dão mais nela a delícias que em todo outro tempo. Por estas e outras coisas não podem deixar estes infiéis de confessar a verdade da pureza da lei de Cristo”⁵³.

Esta estreita cooperação entre as Misericórdias dos enclaves portugueses do *Estado da Índia* e a pregação da Companhia de Jesus mostra-se naturalmente simétrica, mas não deixa de oferecer ganhos substanciais à especialização das estratégias de exemplaridade que, no virar do século XVI, transformariam a evangelização jesuíta em definitiva “missão”. Sublinhe-se que a doutrina e *praxis* das obras de Misericórdia constitui um tema praticamente ausente dos *Exercícios Espirituais* de S. Inácio de Loyola, o texto referencial da formação espiritual e da militância religiosa da Companhia. A doutrina das obras piedosas ocupa ainda um lugar limitado na *Fórmula* organizada em 1540, sendo preciso esperar dez anos para que a versão alargada deste texto de orientação do ministério convidasse os jesuítas a ensinar as *opera caritatis*, mas destacando apenas uma das sete obras de misericórdia espirituais: “perdoar ofensas e injúrias”. Quando os primeiros jesuítas chegaram a Moçambique, em 1548, albergaram-se num hospital em que a maioria dos cerca de 120 doentes padecia de enfermidades contagiosas, em Goa e Cochim faziam o mesmo, identificando-se na década de 1570 vários membros da Companhia em espaços ultramarinos que eram médicos, obrigando o papa Gregório XIII a promulgar uma isenção para, em caso de ausência de outros apoios, ultrapassar o cânone que proibia praticar medicina a clérigos e religiosos⁵⁴. Os jesuítas encontraram nestes hospitais, entre a pobreza, a orfandade e as prisões

a presença das Misericórdias. Antes mesmo da sua acção, já as irmandades cumpriam com elevação moral muitas das funções caritativas que viriam a escorar a exemplaridade religiosa e ética dos primeiros jesuítas e da sua figura maior, S. Francisco Xavier. Ao mesmo tempo, muitos dos jesuítas que circularam nalgumas das Misericórdias do Sudeste Asiático, em Ternate, Ambon ou Tidore, eram frequentemente os únicos sacerdotes nestes locais pelo que administravam as obrigações e os ritos que se inscreviam também nos *Compromissos* das Misericórdias: vistando presos e pobres, garantindo confissões, comunhões e penitências, suportando o funcionamento das igrejas e capelas da irmandade, acompanhando moribundos e assegurando os seus ritos funerários. A estas tarefas fundamentais para a vida também religiosa das Misericórdias, os jesuítas dirigiam ainda especial atenção para alguns dos segmentos que, reunidos frequentemente a “casados”, famílias e “comunidades portuguesas”, se encontravam frequentemente nas suas margens culturais: mulheres pobres locais, escravas, prostitutas e sua filhas, orfãs e viúvas. Colaboravam, assim, numa das principais orientações da caridade que as Misericórdias, sobretudo as poderosas instituições instaladas em Goa ou Macau, dirigiam para o mundo feminino, seleccionando, educando e protegendo os segmentos sociais mais fundamentais na reprodução de uma estranha presença portuguesa que, entre cruzamentos sexuais, escravaturas e indigências de género, encontrava nos sectores mais desprotegidos das mulheres asiáticas as estruturas familiares e domésticas que se vazavam em “cidades cristãs”. Os membros da Companhia de Jesus na Ásia foram, ao longo da segunda metade do século XVI e nas primeiras décadas de Seiscentos, colaboradores imprescindíveis para que as Misericórdias pudessem sobreviver nas fortalezas mais orientais do “Estado da Índia”, mas os jesuítas receberam também das irmandades lições de caridade, exemplaridade social e espaços cristãos sem os quais a sua pregação se arriscava a não ser escutada. **RC**

NOTAS

- 1 Charles R. Boxer, *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa: Ed. 70, 1992, p. 267.
- 2 Uma proposta panorâmica de síntese sob as categorias actuais de “Higiene e Saúde” oferece algumas indicações muito gerais sobre as Misericórdias asiáticas em A. H. de Oliveira Marques (dir.),

História da Presença dos Portugueses no Extremo Oriente. Lisboa: Fundação Oriente, 1998, I vol., t. I (Em torno de Macau), pp. 532-535.

- 3 Fátima da Silva Gracias, *Beyond the Self. Santa Casa da Misericórdia de Goa*. Goa: Surya Publications, 2000.

- 4 Marques, *ob. cit.*, p. 533.
- 5 Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. II – India-Indonesia (1541-1547)*. Pamplona: Gobierno de Navarra/Compañía de Jesús/Arzobispado de Pamplona, 1992, p. 793-794.
- 6 Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. IV – Japon-China (1549-1552)*, p. 5-6.
- 7 Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. IV – Japon-China (1549-1552)*, p. 4.
- 8 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*. Madrid: BAC, 1996, p. 325.
- 9 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 326; Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. IV – Japon-China (1549-1552)*, p. 8.
- 10 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 330-331.
- 11 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, vol. 2 (1550-1562). Lisboa: AGU, 1955, p. 8.
- 12 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 2, p. 61.
- 13 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, vol. 1 (1506-1549). Lisboa: AGU, 1954, p. 587.
- 14 Pe. Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus* (ed. de José Wicki). Coimbra: Atlântida, 1960, II, p. 123.
- 15 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, vol. 2, p. 286.
- 16 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, vol. 5 (1580-1595). Lisboa: AGU, 1958, p. 35.
- 17 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, vol. 5, p. 182.
- 18 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, vol. 5, p. 259.
- 19 Isabel dos Guimarães Sá, “As Misericórdias no Império Português (1500-1800)”, in *500 Anos das Misericórdias Portuguesas. Solidariedade de Geração em Geração*. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias”, 2000, p.108.
- 20 Fernão Lopes de Castanheda, *Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, (ed. de P. M. Laranjo Coelho). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1933, p. 561.
- 21 Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. II – India-Indonesia (1541-1547)*, p. 962.
- 22 P. Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus* (ed. de José Wicki). Coimbra: Atlântida, 1957, I, p. 220.
- 23 Ivo Carneiro de Sousa, *Da Descoberta da Misericórdia à Invenção das Misericórdias (1498-1525)*, Porto, Granito Editores & Livreiros, 1999.
- 24 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 220; Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 1, p. 540; Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974, p. 39.
- 25 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 63.
- 26 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 48.
- 27 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 2, p. 169; Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 176.
- 28 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 2, p. 326; Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 271.
- 29 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 341.
- 30 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 5, 1958, p. 264.
- 31 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 4 (1568-1579). Lisboa: AGU, 1954, p. 463.
- 32 Seguimos Hubert Jacobs, “The Portuguese Town of Ambon, 1576-1605”, in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, eds. Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro. Lisboa: IICT, 1985, pp. 603-614.
- 33 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 100 e 365.
- 34 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, p. 39.
- 35 *Documenta Malucensia* (ed. Hubert Jacobs), Roma: IHSJ, 1980, pp. 47-57. Hubert Jacobs, “The Portuguese town of Ambon, 1567-1605”, in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, pp. 601-614.
- 36 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 5, p. 268.
- 37 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, Roma: Jesuit Historical Institute, 1980, p. 93.
- 38 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, Roma: Jesuit Historical Institute, 1980, p. 271.
- 39 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, Roma: Jesuit Historical Institute, 1980, p. 274
- 40 *Nomeação régia por Filipe II de António Andria para Capitão das Ilhas de Solor e Timor* (1583, Março, 18 – Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Filipe I*, Livro 28, fl. 81-81v.)
- 41 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 5, p. 331. Seguem literalmente esta descrição Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Liga dos Combatentes, 1948, p. 80 e A. Faria de Moraes, *Subsídios para a História de Timor*. Bastorá: Tip. Rangel, 1934, p. 83.
- 42 Artur Basílio de Sá, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. Insulíndia*, vol. 5, p. 333. Seguem literalmente esta memória Humberto Leitão, *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, p. 123 e A. Faria de Moraes, *Subsídios para a História de Timor*, p. 87.
- 43 Cf. António Pinto da França, *Portuguese influence in Indonesia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- 44 Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. II – India-Indonesia (1541-1547)*, p. 266.
- 45 Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. II – India-Indonesia (1541-1547)*, p. 492.
- 46 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 100; Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. II – India-Indonesia (1541-1547)*, p. 266.
- 47 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 238; Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. III – India (1547-1549)*. Pamplona: Gobierno de Navarra/Compañía de Jesús/Arzobispado de Pamplona, 1992, p. 173.
- 48 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 304; Georg Schurhammer, *Francisco Javier su vida y su tiempo. T. III – India (1547-1549)*, p. 524.
- 49 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 305.
- 50 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 309.
- 51 San Francisco Javier, *Cartas y escritos*, p. 309.
- 52 Ivo Carneiro de Sousa, “O Compromisso Primitivo das Misericórdias Portuguesas (1498-1500)”, in *Revista da Faculdade de Letras* (série História), XIII (1996), pp. 259-306.
- 53 Hubert Jacobs (ed.), *Documenta Malucensia. II (1577-1606)*, Roma: Jesuit Historical Institute, 1980p. 93.
- 54 John W. O'Malley, *Los Primeros Jesuitas*. Bilbao-Santander: Eds. Mensajero & Sal Terrae, 1995, p. 215.